

O ACERVO HÍBRIDO DO MEMORIAL DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA À LUZ DAS HUMANIDADES DIGITAIS

TASSILA OLIVEIRA RAMOS*

ZENY DUARTE DE MIRANDA**

INTRODUÇÃO

Para evitar o esquecimento e garantir a preservação da memória, consagram-se «instituições-memória», expressão usada por Le Goff (2013) para designar instituições como arquivo, biblioteca e museu, ou «lugares de memória», expressão consagrada por Nora (1993), como papel de guardião dos registros e, conseqüentemente, da memória, e para isso são necessários diversos mecanismos de tratamento técnico de organização, sistema de recuperação da informação, preservação e difusão, aproximando assim a memória das tais «instituições-memória» ou dos «lugares de memória».

Para Nora (1993, p. 7), «fala-se tanto em memória, porque ela não existe mais», isto é, não há memória espontânea, e daí nascem os «lugares de memória», a exemplo dos arquivos, bibliotecas, museus etc., incluindo o memorial, objeto deste estudo. Para Axt (2012, p. 65), «os memoriais são, assim, na acepção de Pierre Nora, lugares de memória, ou seja, espaços que brotam para bloquear a ação do esquecimento, fixando um conceito, imortalizando o que pereceu, corporificando o imaterial».

Verifica-se na atualidade que têm sido discutidos modelos teóricos conceituais de interseção entre lugares tradicionais de memória, como arquivos, bibliotecas e museus, pois «havia uma separação, entre o bem cultural, o bem informacional e o bem documental» (Dodebei 2011, p. 2). Assim, deixava-se a cultura para os museus, a informação para a biblioteca e os documentos administrativos para os arquivos. Mas, quando começaram a surgir novos ambientes com outras representatividades informacionais a exemplo do memorial, sucedem os denominados «lugares de memória», de patrimônio, ou seja, «um pouco museus, um pouco arquivos, um pouco bibliotecas, um pouco espaços de lazer e encontros presenciais» (Dodebei 2011, p. 2).

Esses lugares têm na sua essência o rompimento do paradigma custodial para o pós-custodial, expressão utilizada pelos canadenses nos anos 1980 e 1990, reiterada por alguns teóricos portugueses, mas a expressão foi substituída no século XXI por pós-moderna, através do uso das informações para as mais diversas finalidades oriundas de

* Instituto Federal da Bahia (IFBA). Email: tassilaramos@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4159-6333>.

** Universidade Federal da Bahia (UFBA). Email: zenydu@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0365-6905>.

fontes arquivísticas, bibliográficas ou museológicas e até mesmo experienciais. Atualmente, passou a fazer parte das instituições um espaço integrador, híbrido, onde prevalece à informação dita de memória, independentemente da sua origem, suporte e gênero documental, sejam de arquivo, de biblioteca e de museu.

A demanda por espaços de memória integradores e híbridos começou a surgir na sociedade, e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), não foi diferente. Em 2013, foi instituída a Coordenação de Memória Institucional, que inclui um Memorial, campo empírico deste trabalho. O recorte referente ao Memorial do IFBA, objeto desta pesquisa, justifica-se por ser o campo de atuação profissional de uma das autoras.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), criado no dia 29 de dezembro de 2008, quando sancionada a Lei n.º 11.892, responsável por instituir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e transformou o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET) em Instituto Federal da Bahia (IFBA), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), e membro do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), possui natureza jurídica de autarquia, detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (Brasil 2008).

A base do ensino técnico profissional, contudo, já estava bem fincada há muito mais tempo, desde 1909, ano em que o presidente Nilo Peçanha ergueu, em apenas três meses, as primeiras 19 escolas de Aprendizes Artífices, que revolucionariam a educação de um país.

A Escola de Aprendizes e Artífices da Bahia se transformou no Liceu Industrial de Salvador por determinação da Lei 378/1937. O Decreto-Lei n.º 4.127/1942 instituiu as bases para o estabelecimento do ensino industrial, que foi constituído por escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem. A partir desta data, o liceu passou a se chamar Escola Técnica de Salvador.

Após vinte e três anos de funcionamento, por meio da Lei n.º 4.759/1965, as escolas profissionalizantes passam a ser federais, incorporando na sua denominação a sigla do seu respectivo estado. A Escola Técnica de Salvador passa, então, a se chamar Escola Técnica Federal da Bahia. Em 1993, ocorreu mais uma mudança na nomenclatura e estrutura da instituição com a Lei n.º 8.711 «criou o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET, transformando a Escola Técnica em CEFET após a incorporação do Centro de Educação Tecnológica da Bahia – CENTEC» (Lessa 2002, p. 66). A partir de 2008, através da Lei n.º 11.892, os antigos CEFETs, as Escolas Agrotécnicas e as Escolas Técnicas passam a compor a Rede Federal de Ensino Profissional, passando a condição de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

Esse legado trouxe preocupações isoladas com a memória da instituição, através de servidores que registravam e guardavam documentos, visto que a instituição não tinha

políticas de memória. E como muitas outras instituições, pensando em memória, nos marcos comemorativos, no ano do seu centenário, em 2009, reativou o Núcleo de Memória, criado no ano de 2002. O núcleo deu início a ações de «resgate» desse passado através de campanha de doação de documentos, objetos, coletas de entrevistas, elaboração de um livro de memórias e um grande evento de comemoração dos 100 anos. Ações essas de colecionismo, tal como em museus e bibliotecas, já que nos arquivos a ação é por acumulação (natural) e recolhimento aos arquivos permanentes e para armazenar este acervo e continuar com as atividades, em 2013 foi criada a Coordenação de Memória Institucional, a qual possui um memorial.

Portanto, através de estudos sobre memorial, pudemos perceber que ele é um sistema diferente dos sistemas tradicionais, o arquivo, a biblioteca e o museu, ele é uma mistura desses sistemas, que necessita de critérios teóricos e metodológicos como os sistemas tradicionais e complementos de demais sistemas norteadores. Assim, surge a problematização: como é possível a reunião desses conjuntos documentais em uma só instituição documental? Conceitos e definições norteiam esta pesquisa.

Para este estudo, a metodologia inclui abordagem descritiva e adota estudos de cunho bibliográfico e documental. Apresenta características do Memorial do IFBA, distinto de outras instituições congêneres de memória, compreendendo que, embora espaços como o memorial sejam constituídos de documentos de diversificadas unidades de informação, assim como também a organização do acervo e difusão da informação apresentam-se mais livres e os usuários quase sempre dispensam o conhecimento da proveniência da informação, do documento ou do objeto a ser acessado, cabe ao memorial a responsabilidade pelo que disponibiliza, pela autenticidade dos acervos e transferência da informação.

Nesse diapasão, elencam-se discussões sobre a interação das teorias e práticas entre as mencionadas áreas e o que se entende sobre o sistema teórico e metodológico de memorial voltado às humanidades digitais (Salcedo 2021), com o fito de explorar a produção, a organização e a difusão da informação no meio digital, aspectos necessários ao memorial e demais espaços documentais. Destaca-se, então, um novo perfil de profissional da informação capaz de dialogar sobre as demandas das tecnologias da informação e comunicação alinhadas com o que importa ao público e à sociedade. Amplia-se a implementação de memoriais e, com essa realidade, observa-se a desconstrução de paradigmas custodiais com enfoque na integração entre as áreas em tela.

1. MEMORIAL: HISTÓRIA E CONCEITOS

Nota-se a inexistência de uma definição do que venha ser memorial como instituição ou parte de uma instituição. Há uma dificuldade na ciência de nomear conceitos que são às vezes a mesma coisa ou têm uma pequena variação de sentido. A partir do pressuposto de

que se existe uma palavra, é porque há um desvio de sentido, tornou-se o nosso ponto de partida para continuar a investigação.

Se observarmos o *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia* (Cunha e Cavalcanti 2008, pp. 244-245), considera o significado para memorial como:

Memorial: 1. Lit pequeno livro de lembranças. 2. Dir 2.1. Petição em que se faz referência a um pedido já feito. 2.2. Documento em que uma das partes litigantes expõe sua pretensão, explícita e fundamenta o direito que a ampara na causa. 3. Documento que descreve, de forma detalhada, a produção acadêmica e o curriculum vitae de um candidato a cargo em concurso público para professor universitário (Cunha e Cavalcanti 2008, pp. 244-245).

Verifica-se que o referido dicionário traz a definição de memorial sem o perfil de instituição ou parte de uma instituição, ou seja, possui variadas definições, dependendo do seu objetivo, sendo um termo polissêmico, mas que enquanto instituição carece de definições nos campos da Arquivologia, da Biblioteconomia e até mesmo da Ciência da Informação, pois no *Dicionário de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação* também não consta o significado de memorial.

Os primeiros memoriais como instituição ou parte de uma instituição foram criados nos anos 1950 e estavam ligados ao tema do genocídio de vítimas de guerra, como o Yad Vashem, ou Memorial do Holocausto, inaugurado em 1953, em Jerusalém (Guedes e Issberner 2017, p. 440).

Na Europa, só no final do século XX surgiu a patrimonialização de espaços de memória, ligados à Segunda Guerra Mundial e ao Holocausto (Guedes e Issberner 2017, p. 440). Daí ocorreram estudos, segundo as referidas autoras, sobre museus memoriais, como o *Memorial museums: The global rush to commemorate atrocities*, de 2007, do professor da Universidade de Nova Iorque, Dr. Paul Harvey Williams. As autoras citadas apresentam as seguintes considerações acerca dos memoriais:

na atualidade se apresentam como um novo lugar de memória, especialmente destinados a lembrar grandes tragédias, momentos traumáticos da humanidade, por isso, são imbuídos de uma determinada interpretação histórica que lhes proporciona um papel social importante (Guedes e Issberner 2017, p. 440).

A partir dessa consideração, Guedes e Issberner (2017) relatam que o professor Williams esclarece que, na Segunda Guerra Mundial, as tragédias humanas tomaram novas proporções, uma vez que as vítimas eram civis, e não somente soldados, o que apontou para a necessidade de uma nova forma de memorialização, culminando na criação dos memoriais.

Nesse sentido, muito mais que mostrar as histórias traumáticas, «os memoriais funcionam como lugares de sítio, constituídos tanto por histórias oficiais como por histórias pessoais» (Guedes e Issberner 2017, p. 442). As autoras mencionam que o professor Williams considera que o aumento do número de memoriais após a Segunda Guerra Mundial está correlacionado com o direcionamento das grandes narrativas e experiências autoritárias em museus nacionais.

Segundo Guedes e Issberner (2017, p. 442), «ao invés de ser imerso em narrativas históricas prontas, os visitantes dos memoriais são solicitados a terem experiências sensoriais e emocionais em vez de visuais e impessoais» (tradução nossa). As autoras interpretam que o professor Williams «considera que a experiência nesses espaços possa ser mais fluída, menos hierárquica e mais pessoal» (Guedes e Issberner 2017, p. 442).

A esse respeito, as citadas pesquisadoras observam uma mudança de práticas no processo de musealização que viabilizou o aparecimento de novas instituições, principalmente quanto aos processos de musealização específicos, como nos memoriais.

Barcellos (1999, p. 1) assinala que no «senso comum, Museu e Memorial são a mesma coisa». Nesse sentido, ele considera o paradigma da ciência museológica indispensável, mas também insuficiente para o conhecimento da natureza da instituição memorial:

Indispensável, pois trata de formas de organização de prédios, acervo e espaço e pessoal e público a que se destina toda e qualquer coleção de objetos históricos. Insuficiente porque paradoxalmente, a museologia, ciência a quem caberia a questão — não se colocou o problema dos memoriais, ou ao menos a pergunta fundamental «o que é um memorial» como pauta de investigação (Barcellos 1999, p. 1).

A questão conceitual é importante, por caracterizar, ou até mesmo conceituar, o memorial a trazer avanços e mudanças em práticas metodológicas de instituições que se autodenominam memoriais e realizam práticas de instituições similares de memória, como se nenhuma diferença o fizesse, a exemplo do museu, do centro cultural, do arquivo, do centro de documentação e do centro de memória.

Para Dantas (2014, p. 2), alguns pesquisadores tentam problematizar o conceito de memorial, mas este se refere a uma «tipologia de museu cuja proposta vislumbra a monumentalização de um agente ou grupo específico». O autor desconsidera a problematização que gira em torno das questões conceituais sobre memorial.

Para resolver essa questão, Barcellos (1999) sugere como ponto de partida a determinação do significado da palavra, de forma a delimitar gradativamente o objeto de estudo e seu campo de atuação, distinguindo-o de seus congêneres. Todavia, o autor observa que esse não é um caminho fácil. E explica:

No Dicionário Etimológico Silva Bastos da Língua Portuguesa, de 1928, Memorial significa um pequeno livrinho de lembranças, uma petição escrita. Nele encontramos a primeira indicação das origens etimológica: vem do latim memorins. O dicionário etimológico Ernesto Faria não indica memorins, mas memoriãlis, aquilo que ajuda a memória, a partir de citação de Suetônio e Cezar. Memorialis é adjetivo, e parece ser o mais preciso, e é distinto do substantivo memoriola, referente a memória, presente no Latin Dictionary for Schools, de Lewis, de 1889, mais ainda que não precisa exatamente que tipo de memória se trata. Koeler, em seu Pequeno Dicionário Latino-português, de 1943, esclarece a questão: memoriola é pequena memória, memória fraca (Barcellos 1999, p. 7).

Tendo isso em vista, Barcellos enfatiza que esse não é o caminho que leva aos sentidos de memorial na sua origem, e continua referindo-se aos demais dicionários:

O Dicionário Latino Português de Dirceu Rodrigues, de 1944, a expressão mais próxima de memorins de Silva Bastos volta a ser memorialis, «que tem relação com o memorial. No plural, memoriales, são ditos os secretários, que junto com libris — que é associada também à guarda memória — se transforma na expressão memoriales libri, ou simplesmente memoriais, concepção estrita de registros da memória. A interpretação de Cretella Jr, em seu Dicionário Latinoportuguês, para «memorialis» é aquilo «que ajuda a lembrança». Sua interpretação toma como bases passagens de Suetônio, mas tomada no sentido de substantivo, o sentido é diverso, o de historiógrafo, segundo o Código Justiniano. O dicionário de Francisco Antono de Souza, de 1926, registra memorialis — a mesma expressão de Silva Bastos — também como «aquilo que serve a lembrança», mas me chama a atenção para o derivado memoráculum, monumento que lembra (Barcellos 1999, p. 8).

Barcellos (1999) conclui que a gênese de memorial se encontra em *memorialis*, cujos significados constam em diversos dicionários, os quais confirmam como registro que auxilia a memória; *memorialis* parece revelar uma definição institucional. O autor afirma que o conceito de memorial é uma escritura, uma memória institucional, formal, burocrática — se preferirem —, objeto fundamental de um memorial, seja a memória institucional, seja qual for. Nesse sentido, Barcellos (1999) exclui, numa interpretação inicial, o memorial como função central da cultura.

Se o conceito de memorial, em sua gênese, admite a via da memória institucional, estamos segundo Barcellos (1999, p. 8), diante de uma definição aproximada de memorial «como lugar permanente que conserva e expõe coleções de objetos de caráter institucional com fins culturais». Tal concepção diferencia-se da definição dada aos museus em

Santiago do Chile, em 1973, pois não se trata de uma instituição a serviço da sociedade, mas de fins específicos do Estado ou de outra instituição:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (Brasil 2009).

Os memoriais, diferentemente dos museus, atendem a interesses específicos de divulgação, conservação e valorização de uma memória específica de uma determinada instituição (pública, privada, jurídica ou física, individual ou coletiva). Suas semelhanças com museus encontram-se apenas na forma, justifica Barcellos ao destacar trecho dos estatutos do Conselho Internacional de Museus (ICOM), quando diz que «assimilam-se aos museus as bibliotecas públicas e os centros de arquivos que mantêm em permanência salas de exposição» (Barcellos 1999, p. 9). Portanto, qualquer lugar de memória que obter exposição não necessariamente será um museu.

Complementando a discussão, Axt (2012) diz que a palavra «museu» pressupõe a existência de um acervo consolidado e complementa que:

Um museu é constituído quando há um acervo reconhecido, materializado num livro de tomo e contemplado com um conceito de gestão. O memorial, assim, na perspectiva que acolhemos, é uma proposta de lhe dar com a memória sem necessariamente vinculá-la a um acervo, seja objetual, artístico, documental, imagético. O memorial pode, ao longo de sua trajetória, formar um acervo, na medida em que o trabalho avança (Axt 2012, p. 66).

Embora o memorial tenha características expositivas, inclusive museal, ele não é ancorado num acervo, conforme destaca Axt (2012); ele pode, ao longo da sua existência, formar seu acervo de acordo com a trajetória da instituição, com políticas de memória ou políticas de acervo.

Barcellos (1999) observa que, embora sejam infinitas as definições etimológicas para a palavra memorial, deve-se centrar o eixo do trabalho de um memorial na memória do Estado ou da instituição pública ou privada, jurídica ou física, ou seja, não cabe ao memorial um acervo diverso da atividade-fim para a qual foi criado, mesmo que algo pudesse ser de interesse geral e da comunidade.

Na tentativa de categorizar os memoriais, e à falta de discussão do assunto pela museologia, como já sinalizado por Barcellos (1999), o Conselho Internacional de Museus

implementou, em 2001, o Comitê Internacional de Museus Memoriais (ICMEMO). Esse Conselho conceituou memoriais como instituições que desenvolvem a função de museus, com a finalidade de homenagear as vítimas do Estado e salvaguardar os direitos humanos básicos (ICOM.ICMEMO 2001), como podemos conferir:

Estas instituições possuem a função de museus com um acervo de objetos históricos originais, que inclui geralmente edifícios, e atuação em todos os campos clássicos de trabalho do museu (coleta, conservação, exibição, pesquisa e ensino). Sua finalidade é homenagear as vítimas do estado e de determinados crimes, ideologicamente motivados. São frequentemente localizados nos locais históricos originais ou em locais escolhidos pelas vítimas de tais crimes para efeitos de celebração. Estão concebidos como memoriais advertindo visitantes para salvaguardar os direitos humanos básicos. Como estas instituições cooperam com as vítimas e outras testemunhas contemporâneas, seu trabalho também possui um caráter psicossocial. Seus esforços para transmitir informações sobre eventos históricos são moralmente fundamentados e possuem o objetivo de estabelecer uma relação definida para o presente, sem abandonar a perspectiva histórica (ICOM.ICMEMO 2001, p. 1; tradução nossa).

Porém, ao adentrar no assunto, considerando o Brasil como recorte da pesquisa, percebe-se que há uma variedade de realidades de memorial que vão além do conceituado pelo ICOM.ICMEMO (2001), de homenagear as vítimas do Estado e salvaguardar os direitos humanos básicos.

O memorial, enquanto instituição, por sua vez, não há muitas definições, como já observamos anteriormente, porém ao compreendê-lo do ponto de vista das realidades brasileiras de memoriais, identificamos a definição elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no seu Manual de Gestão de Memória (2021), onde entende-se que é a que mais se adequa as nossas realidades:

Memorial: é um espaço de memória misto, podendo ser uma instituição de homenagem a personalidades, fatos ou atividades, que tem seu funcionamento voltado para o objeto da homenagem. Por seu caráter híbrido, pode conter acervos do gênero arquivístico, museológico e bibliográfico (CNJ 2021, p. 60).

Desse modo, pode-se concluir que a caracterização marcante de um memorial é a hibridez dos acervos. Mas também pode-se complementar com a definição de Jorge Barcellos (1999), que recupera a etimologia da palavra e diz que memorial «lugar permanente que conserva e expõe coleções de objetos de caráter institucional com fins culturais».

Entende-se como institucional a pessoa física ou jurídica, pública ou privada objeto do memorial.

Portanto, no que se refere a origem, produção, e fins do material que armazena, o memorial representa o somatório das instituições arquivo, biblioteca e museu. Sua finalidade é conservar e expor coleções de objetos de caráter institucional com fins culturais.

2. O MEMORIAL DO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (IFBA)

O Memorial do Instituto Federal da Bahia é um «lugar de memória» voltado à memória institucional, sua trajetória surge de ações isoladas, de professores e técnicos administrativos do instituto. Surgiu como uma iniciativa de manter viva a chama do passado por meio da criação de um setor que tratasse da memória histórica da instituição, proposto pelo professor de História, José Silva Lessa e pela Coordenação de Comunicação Social, sob a gestão da Bibliotecária Eliana Souza Lago.

Os primeiros passos surgiram com a edição da Portaria n.º 157, de abril de 2002, assinada pelo Diretor Geral Rui Pereira Santana, instituindo o Núcleo Memória Histórica do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia, ligado à Coordenação Técnica de Comunicação Social e Atividades Comunitárias (CCS) (Lessa 2002, p. 5).

A partir da criação do Núcleo, o professor Lessa iniciou uma árdua pesquisa, baseada em consultas aos documentos antigos e atuais, diálogos diversos e o resultado deste trabalho é a publicação do livro: *Cefet-Ba – Uma resenha histórica: da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica*, de autoria do professor Lessa, tornando-se uma das mais importantes fontes de pesquisa sobre a memória institucional.

Entretanto, essa iniciativa não foi continuada, por várias razões, dentre elas a ausência de uma política de gestão de documentos e política de memória, bem como não serem prioridades para os gestores do instituto, e em particular a ausência de recurso humano especializado para lidar com o acervo, por isso, apesar das iniciativas da comunidade de preservar a memória, o núcleo foi desativado.

Posteriormente, durante o ano de 2009, em todo o Brasil, sob a coordenação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, foram realizados vários eventos para celebrar o Centenário da Rede Federal Educação Profissional e Tecnológica, da qual o IFBA faz parte, culminando com o Fórum Internacional da Educação Profissional e Tecnológica. No referido instituto, foi reativado o Núcleo de Memória para organização do evento e seleção do acervo.

Como produto das celebrações do Centenário da Rede Federal, o IFBA lançou o livro *Cem anos de educação profissional no Brasil – História e memória do Instituto Federal da Bahia: 1909-2009*, organizado pelas professoras Virlene Cardoso Moreira e Vera Bueno Fartes, respectivamente do Departamento Acadêmico de História do IFBA e da Facul-

dade de Educação da UFBA, com o objetivo de reunir e divulgar a história do instituto. Nessa memorável produção, as professoras relatam:

Este livro faz parte de nossas celebrações, representa um esforço em reunir e divulgar a história de uma Instituição que muito contribuiu para o desenvolvimento educacional, cultural, político, humanitário, social e econômico da sociedade baiana e brasileira. Ressalte-se que é a história de uma Instituição que com certeza transformou muitas vidas ao longo de sua existência por ter sempre com objetivo um ensino de qualidade, público e gratuito (Fartes e Moreira, eds., 2009, p. 9).

Assim como o livro do professor Lessa (2002), o mencionado livro que trata do Centenário da Rede Federal, é uma das mais importantes fontes de pesquisa da história e memória do IFBA, ambas estão disponíveis na versão impressa nas bibliotecas dos *campi* do instituto e no memorial do IFBA, bem como na versão digital no menu publicações da página *web* do memorial, <https://portal.ifba.edu.br/institucional/memorial/publicacoes>.

Após a celebração do Centenário foi reunido um acervo contendo documentos iconográficos (fotografias), documentos textuais, documentos audiovisuais, documentos sonoros, depoimentos (história oral) e objetos, reunidos em caixas de papelão, armários de aço de quatro gavetas, mas sem os devidos tratamentos, tornando-se uma significativa massa documental acumulada e espalhada pelo instituto e em seus porões em virtude da realidade aqui já citada, da ausência de políticas, de profissionais capacitados e interesse da gestão.

Apesar da lacuna entre 2009, ano do centenário, até 2013, motivados pela celebração do centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, foi criada a Coordenação de Memória Institucional, vinculada a Gerência de Bibliotecas, através do Regimento Interno aprovado pelo CONSUP em 27/06/2013, subordinado a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Infraestrutura (PRODIN), como uma Coordenação do Sistema de Bibliotecas (SIB), com as seguintes atribuições:

A Coordenação de Memória Institucional, coordenada por um(a) coordenador(a), possui como atribuições: I. Armazenar os registros escritos, iconográficos e sonoros com historicidades afins; II. Preservar os patrimônios material e imaterial; III. Guardar e manter o acervo documental zelando pela sua qualidade, armazenamento e conservação; IV. Identificar e coletar os registros documentais baseando-se nos requisitos da qualidade expressos nas normas NBR ISO atualizadas e em instrumentos específicos; V. Realizar a manutenção patrimonial material na origem local; VI. Fazer a reprodução digital e catalogação em rede do acervo documental; VII. Proceder com a recirculação da memória social (Mostras Itinerantes); VIII. Organizar e administrar a parte ética e estética do Memorial;

IX Fixar diretrizes que orientem o funcionamento do Memorial no que se refere à coleta, processamento técnico, cadastramento, arquivamento e disseminação da informação (Brasil 2013, p. 43).

Entretanto, o Memorial do IFBA surge como uma Coordenação de Memória Institucional com diversas atribuições, e dentre elas aparece a palavra «Memorial», ou seja, no documento que regulamenta a criação, há um ruído sobre a criação da Coordenação de Memória Institucional, pelo instituto, com as seguintes dúvidas: se a mencionada Coordenação engloba a instituição como um todo, ou se o instituto criou um espaço misto; se possui o objetivo de ser um lugar de homenagem a uma personalidade, fato ou atividade; e qual é a compreensão, deveras, até aqui dobre a definição de Memorial.

Em 2014, o IFBA abre vaga de redistribuição de arquivista para fazer parte da implementação do seu «Memorial», entretanto sem políticas específicas de seleção de acervo e de memória, bem como infraestrutura mínima, requisitos indispensáveis notados com a chegada da profissional arquivista, conforme sinaliza Almeida (2016, p. 165):

É indispensável, em qualquer das instituições de memória, a existência de uma política de formação e desenvolvimento de coleções. Em que pese a diversidade dos materiais que compõem os acervos de bibliotecas, arquivos ou museus, verificamos que, face à impossibilidade de preservarmos todas as obras, documentos e artefatos produzidos pelo homem, a preocupação básica que norteia essas políticas é a mesma: o que devemos preservar para a posteridade? (Almeida 2016, p. 165).

Por esse e por outros motivos, para o desenvolvimento ou a seleção de coleções de um memorial, os princípios teóricos e metodológicos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia devem ser levados em consideração. Sem políticas norteadoras e com diretrizes «soltas», a profissional nomeada teve de empreender uma série de ações, dentre elas, discussões entre seus pares nos Encontros Nacionais e Regionais de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior e na Rede Arqifes, para implementação desse novo «lugar de memória», atribuído como memorial.

Os debates evoluíram, mas ainda carecem de mais discussões, mas já se verifica um aumento de espaços nas Instituições Federais de Ensino Superior com o nome de memorial, cada um com suas peculiaridades os quais ainda devem proporcionar ótimas pesquisas e novos conhecimentos. Enquanto isso, o Memorial do IFBA continua a realizar suas atividades seguindo diretrizes dos conceitos compreendidos sobre memorial, dos debates com os pares, com diretrizes de políticas institucionais e limitações da infraestrutura oferecida. O Memorial do IFBA fica situado na Reitoria do Instituto Federal da Bahia, no bairro do Canela, em Salvador – BA.

2.1. Características e ações do Memorial do IFBA

Em 2014, quando foi iniciada a implementação do Memorial do IFBA, contando com uma equipe de 1 arquivista e 1 estagiário da área de relações internacionais, cedido do projeto encerrado Brasil-África, foram localizados alguns documentos reunidos em algumas caixas de papelão, bem como documentos e objetos dispersos em vários espaços do edifício da Reitoria, ou seja, ratifica-se o caráter híbrido do conjunto documental.

Inicialmente, foram identificados os fundos e as relações orgânicas desses documentos, mas foram observados que eram fragmentos aleatórios de um fundo, ou seja, foi feita uma seleção do que ia compor o Memorial do IFBA, por isso foram adotados os termos acervo e coleção para a documentação do memorial. Acervo e coleção são termos correspondentes usados praticamente como sinônimos no senso comum. Esses termos, entretanto, apresentam características específicas que justificam o uso separado em determinadas áreas do conhecimento. Ambos derivam do latim e significam um conjunto de coisas ou objetos. São termos usados predominantemente nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Segundo o *Dicionário Caldas Aulete* (Acervo [s.d.]), acervo é qualquer «conjunto de bens, de propriedade pública ou particular, que compõem patrimônio»; enquanto coleção implica coesão entre os itens que a compõem. Coleção é, segundo essa publicação, «um desses conjuntos, organizado, reunido pelo valor artístico, cultural, histórico, de seus componentes, ou por sua raridade, singularidade etc., ou pelo interesse do colecionador (coleção de selos, coleção de quadros)» (Coleção [s.d.]).

Conforme o *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia* (Cunha e Cavalcanti 2008), acervo é o «conjunto de documentos armazenados e conservados em um arquivo ou conjunto de documentos conservados para o atendimento das finalidades de uma biblioteca: informação, pesquisa, educação e recreação». Portanto, acervo costuma designar um conjunto geral com corpo mais amplo, muitas vezes constituído de vários documentos, que podem ser fundos ou coleções.

Nesse sentido, é importante diferenciarmos fundos e coleções. O mesmo *Dicionário de Arquivologia e Biblioteconomia* (Cunha e Cavalcanti 2008, p. 177) diz que fundo é o «conjunto de peças de qualquer natureza que qualquer entidade administrativa, qualquer pessoa física ou jurídica, reuniu automática e organicamente, em razão de suas funções ou de suas atividades», já coleção é a «reunião artificial de documentos, sem relação orgânica, agrupados de acordo com uma característica comum, tal como, entre outros, forma de aquisição, assunto, língua, suporte; ou conjunto de documentos que reúne itens de diversas proveniências».

Segundo o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (Arquivo Nacional 2005), fundo é o «conjunto de documentos de uma mesma proveniência», reunidos naturalmente, e coleção é o «conjunto de documentos com características comuns, reunidos

intencionalmente». Por conveniência, atribui-se fundos a arquivos e coleções a bibliotecas e museus. Em virtude do surgimento de «lugares de memória» com acervos híbridos, a determinação dessas denominações precisa ser mais bem discutida pela área, e de acordo com os conceitos trabalhados na presente pesquisa, percebe-se uma aproximação no que diz respeito ao termo acervo, que englobaria os fundos e as coleções.

Compreende-se que, se a documentação do memorial for naturalmente recolhida, deve-se adotar o termo fundo, mas se a documentação do memorial for artificialmente reunida, ou seja, selecionada por diversas razões, sem organicidade, deve-se adotar o termo coleção, independente da natureza do suporte. Sendo assim, o Memorial do IFBA utiliza o termo acervo para tratar da totalidade dos documentos custodiados, mas distingue o que é fundo e o que é coleção, entretanto, até o presente momento, possui em sua custódia somente coleções.

As coleções foram surgindo à medida que foi realizado o tratamento técnico da documentação com identificação, classificação ou catalogação e indexação. Conseguiu-se agrupar inicialmente pelo gênero documental: textual, iconográfico, audiovisual, sonoro, cartográfico, bibliográfico e tridimensional. Em seguida, os documentos foram agrupados pelo período e pela nomenclatura das diversas épocas da Rede Federal de Educação Profissional. Vejamos a seguir:

- Coleção Escola de Aprendizes Artífices da Bahia (1909/1936)
- Coleção Liceu Industrial de Salvador (1937/1941)
- Coleção Escola Técnica de Salvador (1942/1964)
- Coleção Escola Técnica Federal da Bahia – ETFBA (1965/1992)
- Coleção Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – Cefet/Ba (1993/2008)
- Acervo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA (2009/Dias atuais)

Destarte, essas coleções vão ter todos os tipos de gêneros, os quais são separados fisicamente por questões de armazenamento para cada tipo de suporte. Porém, os documentos são interligados pela vinculação a coleção. Segundo Almeida (2016), é importante destacar que as coleções devem apresentar coerência e sentido, não podem ser fragmentos aleatórios e desconexos de suas coleções.

Entretanto, quanto à documentação do IFBA, por estar em funcionamento (fundo aberto), o Memorial do IFBA adotou o termo acervo, por ficar aberto à possibilidade de receber o fundo e/ou as coleções, mas, como já foi dito anteriormente, até o momento só custodia coleções pela característica do memorial ser um processo seletivo do que vai ser difundido.

Embora espaços como o memorial sejam mistos, constituídos de documentos de arquivo, biblioteca e museu, e a organização e difusão ou disseminação das informações sejam mais livres, e os usuários nem sempre querem saber qual a proveniência da infor-

mação, do documento ou do objeto a ser acessado, cabe ao memorial ser responsável pelo que disponibiliza, garantindo credibilidade, autenticidade das coleções e informações que divulga. Portanto, as técnicas e práticas de cada ciência deverão ser levadas em consideração para tratamento técnico dos documentos e informação, ou seja, os sistemas teóricos e metodológicos de arquivo, biblioteca e museu interagem com o sistema teórico e metodológico do memorial.

Um novo perfil parece ser exigido da equipe de profissionais para esse tipo de espaço, isto é, para responder às novas funções de gestão, acesso e difusão de um acervo híbrido, bem como às demandas ligadas às Tecnologias da Informação e Comunicação. Essa nova realidade tende a diminuir barreiras técnicas e a aproximar profissionais de arquivos, bibliotecas e museus.

Em relação ao corpo funcional, o Memorial do IFBA não tem corpo técnico multidisciplinar, pois somente dispõe em seu quadro 1 profissional com formação em Arquivologia. As questões teóricas e metodológicas de aplicação de procedimentos dos demais campos científicos são resolvidas trabalhando em colaboração, assim os documentos bibliográficos do memorial são enviados para o Sistema de Bibliotecas do IFBA (SIB) para catalogação e indexação em plataforma *Pergamum*, que tem o memorial como unidade desta plataforma. Na questão museológica, algumas ações são resolvidas com contratação de bolsista da área de Museologia e serviços contratados; no geral, há ausência desse tipo de conhecimento técnico.

Diante do que já foi apresentado, do ponto de vista conceitual, o Memorial do IFBA é definido como um lugar de seleção e difusão da memória institucional da Rede Federal de Educação Profissional na Bahia, composto por documentos de arquivo, biblioteca e museu, onde a seleção deve ser por critérios de acordo a política de gestão documental e a política de memória da instituição, mas na ausência destas políticas, os critérios têm sido políticos e promocionais. Já a difusão, conhecida como atividade secundária nos arquivos, mas a qual, no memorial se torna primordial, é a atividade que segundo Bellotto (2006) é a que dá projeção ao acervo na comunidade:

Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro (Bellotto 2006, p. 227).

As principais atividades de difusão das instituições de memória brasileiras são palestras, simpósios, lançamentos de obras, concursos temáticos, exposições, publicações e visitas guiadas e técnicas. No Memorial do IFBA não é diferente, as três últimas são as mais frequentes. As exposições possuem um alcance muito grande, e ainda funcionam como um dispositivo de mobilização da comunidade em prol da preservação da sua memória. Para o IBRAM (2017, p. 11), as exposições «são parte de um sistema de comunicação, com lógica e sentido próprios. Pretendem desempenhar um papel para representar e comunicar histórias, tradições, novidades, conhecimentos, modos de fazer e viver».

As exposições podem ser de curta, média ou longa duração e, nesses casos, estão diretamente relacionadas ao tempo de permanência para visita pública. Podem também ser itinerantes (aquelas que permanecem em um local e, depois de um determinado prazo, seguem para serem montadas em outro local). O tempo que uma exposição permanece em «cartaz» demanda diferentes orçamentos, estratégias de divulgação, usos e tipos de materiais expositivos, acarretando mais trabalho e mais custos. Esse tempo também vai determinar alguns cuidados com a conservação do acervo selecionado para a exposição (IBRAM 2017, p. 17).

Além das ações de seleção e difusão, o Memorial do IFBA reúne um acervo especializado na educação profissional e a memória institucional do instituto distribuído em documentos diversos como livros de atas, portarias, programas de curso, estatutos, regimentos, livros de matrícula, jornais, boletins, revistas, livros, fitas VHS de eventos, DVDs com depoimentos, fotografias, efemérides, objetos como placas de homenagem, troféus, prêmios e equipamentos educacionais, os quais são tratados tecnicamente e disponibilizados para consulta e difusão. Dispõe também de um banco de dados que contém a relação de mais de 3550 itens do acervo, disponível para consultas *in loco*.

Esse tipo de acervo fica disponível para todo tipo de público, porém a grande maioria dos usuários do Memorial do IFBA é o público interno, caracterizado pelos setores e servidores técnico-administrativos que precisam de algum documento ou informação do memorial para complementar suas atividades, além de docentes que realizam pesquisas científicas, e um número menor ainda de usuários discentes que também tem no memorial uma fonte para suas pesquisas acadêmicas. Os usuários externos são em menor número e são egressos do instituto, sempre em busca de algum documento como prova.

A partir de 2020, ano da pandemia da COVID-19, foi necessária uma mudança de foco de acervo, uma adaptação técnica e administrativa para oferecer tratamento técnico não somente aos documentos analógicos, inacessíveis no período pandêmico, mas aos diversos documentos digitais da instituição selecionados para o memorial. Mas, para isso faz-se necessário tratamento técnico arquivístico, biblioteconômico e museográfico, com o uso de tecnologias da informação e comunicação.

Assim, por meio de buscas e estudos de algumas plataformas disponíveis para o perfil do memorial, foi escolhido o Tainacan, um *software* que resulta de um projeto na Universidade Federal de Goiás, representado pelo grupo MediaLab e pelo Ministério da Cultura, no ano de 2014. O Tainacan, hoje, é utilizado como solução para a construção de acervos digitais em redes, portanto, diante de sua flexibilidade, consegue dialogar com as diversas fronteiras da informação e documentação (Martins, Silva & Carmo, 2018), ou seja, por ser um *software open source* ele é aderente a documentos de arquivo, biblioteca, museu e a metadados descritivos.

As plataformas digitais apresentam-se como recursos para o acesso, preservação, difusão e gestão de ações em informação. As tecnologias de informação e comunicação se mostram extremamente relevantes à consolidação da apropriação da informação nos contextos híbridos, ou seja, em espaços de memória que integram documento e/ou informação de arquivos, bibliotecas e museus, como o memorial.

O Memorial do IFBA funciona de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h. Oferece serviços como: consulta local do acervo; pequeno ambiente para consulta; equipamentos de audiovisual para acesso às fitas VHS e DVDs; consulta ao acervo através de banco de dados; cópia de material por meio da digitalização para fins de pesquisa; exposições; atendimento ao público e visitas técnicas e guiadas. A plataforma Tainacan ainda não está em funcionamento, quando estiver, possibilitará maior alcance, rompendo as barreiras físicas e geográficas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais deste estudo, é evidente que a implementação do Memorial do Instituto Federal da Bahia (IFBA) é um tema de relevância que levanta questões fundamentais sobre a gestão de acervos híbridos e a adaptação às demandas das tecnologias de informação e comunicação.

Primeiramente, o estudo demonstra a complexidade e a relevância de se abordar a criação e gestão de memoriais que agregam a documentação de arquivo, biblioteca e museu. A capacidade de integrar esses diferentes tipos de acervos em uma única instituição documental levanta questões sobre seleção, organização, regularidade e acesso a informação, o que reforça a importância da pesquisa nesse assunto.

As definições concebidas pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em relação aos memoriais acrescentam uma dimensão teórica fundamental ao estudo. Eles ajudam a contextualizar a função e finalidade dos memoriais, destacando sua relevância na homenagem às vítimas do Estado e na salvaguarda dos direitos humanos básicos. Além disso, a caracterização do memorial como um acervo híbrido que reúne elementos arquivísticos, bibliográficos e museológicos oferece uma estrutura valiosa para compreender sua natureza multifacetada.

A análise fundamentada e detalhada do Memorial do IFBA permite uma compreensão mais profunda de suas características específicas e de seu papel na disponibilização de informações e serviços, além disso uma tendência de ampliação de espaços como os memoriais e a desconstrução de paradigmas tradicionais, com o foco na integração entre às áreas relacionadas ao arquivo, biblioteca e museu, o que envolve a exploração da produção, organização e difusão da informação em ambiente digital.

REFERÊNCIAS

- Acervo, [s.d.]. Em: *Caldas Aulete Digital* [Em linha]. Lexicon [consult. 2020-08-13]. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/acervo>.
- ALMEIDA, M. C. B. de, 2016. Bibliotecas, arquivos e museus: convergências. *Revista Conhecimento em Ação*. 1(1), 162-185 [consult. 2020-08-13]. DOI <https://doi.org/10.47681/rca.v1i1.2737>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/2737>.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL), 2005. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- AXT, G., 2012. A função social de um memorial: a experiência com memória e história no Ministério Público. *Métis: história & cultura* [Em linha]. 12(24), 64-89 [consult. 2020-08-13]. Disponível em: <http://ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/2338/1395>.
- BARCELLOS, J., 1999. *O Memorial como Instituição no Sistema de Museus: conceitos e práticas de um conteúdo*. Palestra apresentada no Fórum Estadual de Museus, Porto Alegre.
- BELLOTTO, H. L., 2006. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4.ª ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- BRASIL, 2009. Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil* [Em linha]. Brasília, DF, 2009-01-15 [consult. 2020-08-13]. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm.
- BRASIL, 2008. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil* [Em linha]. Brasília, DF, 2008-12-29 [consult. 2020-08-13]. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal da Bahia, 2013. *Regimento Geral do IFBA* [Em linha]. Salvador, pp. 1-126 [consult. 2020-08-13]. Disponível em: <http://portal.ifba.edu.br/institucional/consup/regimento-geral-ifba-retificado-24-jan-2022.pdf>.
- CNJ [Conselho Nacional de Justiça], 2021. *Manual de gestão de memória do poder judiciário* [Em linha]. Brasília, DF [consult. 2020-08-13]. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/02/Manual_de_Gestao_de_Memoria.pdf.
- Coleção, [s.d.]. Em: *Caldas Aulete Digital* [Em linha]. Lexicon [consult. 2020-08-13]. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/cole%C3%A7%C3%A3o>.
- CUNHA, M. B. da, e C. R. de O. CAVALCANTI, 2008. Memorial. Em: M. B. da CUNHA, e C. R. CAVALCANTI, eds. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos.
- DANTAS, R. J. da S., 2014. O que é que a baiana tem? O Memorial das Baianas do Acarajé de Salvador/BA e a «batalha» das memórias. Em: *Anais do 16.º Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*:

- Saberes e Práticas Científicas* [Em linha]. Rio de Janeiro [consult. 2020-08-13]. Disponível em: https://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400475992_ARQUIVO_ArtigoMemorialdoAcaraje.pdf.
- DODEBEI, V., 2011. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? *DataGramZero: Revista de Ciência da Informação* [Em linha]. **12**(3) [consult. 2020-08-13]. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/16272>.
- FARTES, V. L. B., e, V. C. MOREIRA, eds., 2009. *Cem anos de educação profissional no Brasil: história e memória do Instituto Federal da Bahia: (1909-2009)*. Salvador: EDUFBA.
- GUEDES, S. P. L. C., e G. E. ISSBERNER, 2017. O memorial de imigração polonesa em Curitiba: dinâmicas culturais e interesses políticos no âmbito memorialista. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* [Em linha]. **25**(1), 427-455 [consult. 2020-08-13]. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/139686>.
- IBRAM [INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS], 2017. *Caminhos da memória: para fazer uma exposição* [Em linha]. Brasília, DF [consult. 2020-08-13]. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Caminhos-da-Mem%C3%B3ria-Para-fazer-uma-exposi%C3%A7%C3%A3o1.pdf>.
- ICOM [CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS]. ICMEMO [Comitê Internacional de Museus Memoriais], 2001. *Rules of the International Committee of Memorial Museums for the remembrance of victims of public crimes. Barcelona* [Em linha] [consult. 2020-08-13]. Disponível em: https://icmemo.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/17/2019/01/rulesIC_MEMO.pdf.
- LE GOFF, J., 2013. *História e memória*. 7.^a ed. Campinas: UNICAMP.
- LESSA, J. S., 2002. *CEFET-BA – Uma resenha histórica: da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológico*. Salvador: CEFET-BA.
- MARTINS, D. L., M. F. SILVA, e D. do CARMO, 2018. Acervos em rede: perspectivas para as instituições culturais em tempos de cultura digital. *Em Questão* [Em linha]. **24**(1), 194-216 [consult. 2020-08-13]. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/72951/0>.
- NORA, P., 1993. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. **10**, 7-28.
- SALCEDO, D. A., 2021. Humanidades Digitais, Memória e Filatelia: uma aplicação prática para a Web. Em: R. M. Pimenta, e D. Alves, eds. *Humanidades Digitais e o mundo lusófono*, p. 338. Rio de Janeiro: Editora FGV.